



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, SCESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 703/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal.

Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 – Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Lei Estadual nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Lei Complementar Estadual nº 207, de 5 de janeiro de 1979 – Institui a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo nº 44, de março de 2025 – Altera a Lei Orgânica do Município de São Paulo, acrescentando a nomenclatura de Polícia Municipal à Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 10.115, de 15 de setembro de 1986 – Cria a Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 10.272, de 6 de abril de 1987 – Institui a carreira de Guarda Civil Metropolitano, estabelece escala de vencimentos própria, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.046, de 26 de agosto de 1991 – Dispõe sobre novo enquadramento de servidores da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 11.426, de 18 de outubro de 1993 – Altera a subordinação organizacional da Guarda Civil Metropolitana.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 11.715, de 3 de janeiro de 1995 – Dispõe sobre a reorganização do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.285, de 27 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre a permanência ininterrupta de policiais nas escolas municipais.

Lei Municipal nº 12.824, de 7 de abril de 1999 – Altera a vinculação administrativa da Guarda Civil Metropolitana, transferindo-a para a Secretaria do Governo Municipal.

Lei Municipal nº 13.299, de 16 de janeiro de 2002 – Dispõe sobre a participação dos integrantes do Poder Executivo nos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.396, de 26 de julho de 2002 – Cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.401, de 1º de agosto de 2002 – Dispõe sobre a realização de curso de formação técnico-profissional e capacitação física durante o estágio probatório dos integrantes da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 13.530, de 14 de março de 2003 – Institui o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 13.661, de 11 de novembro de 2003 – Autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida e seguro por invalidez permanente, total ou parcial e em grupo, para os integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QPG, nas condições em que especifica, alterada pela Lei nº 16.347/2016.

Lei Municipal nº 13.768, de 26 de janeiro de 2004 – Dispõe sobre a organização do Quadro da Guarda Civil Metropolitana – QGC, da Prefeitura do Município de São Paulo, institui plano de carreira, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.043, de 2 de setembro de 2005 – Dispõe sobre a gratificação a ser paga aos guardas civis integrantes do efetivo da Guarda Civil Metropolitana na Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.380, de 3 de maio de 2007 – Confere nova redação ao art. 143 da Lei nº 13.530, de 14 de março de 2003, que institui o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 14.492, de 31 de julho de 2007 – Estabelece a área escolar de segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 14.977, de 11 de setembro de 2009 – Cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica, a ser paga aos Policiais Militares e Cíveis que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo por meio de convênio celebrado com o Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.359, de 4 de março de 2011 – Dispõe sobre o reajustamento das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 15.363, de 23 de março de 2011 – Institui a Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Viatura Operacional da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 15.365, de 23 de março de 2011 – Dispõe sobre a criação de funções gratificadas no Quadro da Guarda Civil Metropolitana e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.366, de 23 de março de 2011 – Institui o Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana.

Lei Municipal nº 15.367, de 23 de março de 2011 – Institui a Gratificação pelo Exercício de Função em Regiões Estratégicas para a Segurança Urbana aos integrantes da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 15.715, de 17 de abril de 2013 – Dispõe sobre a gratificação a ser paga aos guardas civis integrantes do efetivo da Guarda Civil Metropolitana na Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 16.987/2018.

Lei Municipal nº 16.080, de 30 de setembro de 2014 – Dispõe sobre o reajustamento da Escala de Padrões de Vencimentos e fixa o valor da menor remuneração bruta mensal a ser paga aos servidores públicos municipais do Quadro da Guarda Civil Metropolitana.

Lei Municipal nº 16.081, de 30 de setembro de 2014 – Institui a Diária Especial por Atividade Complementar aplicável aos servidores integrantes do Quadro da Guarda Civil Metropolitana, nas condições que especifica.

Lei Municipal nº 16.165, de 13 de abril de 2015 – Institui a ação Ronda Maria da Penha no âmbito da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.239, de 19 de julho de 2015 – Dispõe sobre a criação do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QTG, da Prefeitura do Município de São Paulo, com o respectivo plano de carreira, bem como reestrutura cargos e funções previstos nas Leis nº 11.715/1995 e nº 13.768/2004 e legislação subsequente.

Lei Municipal nº 16.694, de 11 de agosto de 2017 – Autoriza o Executivo a realizar o pagamento de indenização em caso de morte ou de incapacidade permanente para o



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

trabalho, total ou parcial, de integrante da Guarda Civil Metropolitana ou, alternativamente, a contratação de seguro destinado a essa finalidade, nas situações, forma e condições que especifica.

Lei Municipal nº 16.767, de 21 de dezembro de 2017 – Introduz alterações na Lei nº 16.694, de 11 de agosto de 2017, relativa ao pagamento de indenização ou contratação de seguro para integrantes da Guarda Civil Metropolitana, bem como nas Leis nº 13.271/2002 e nº 15.509/2011.

Lei Municipal nº 16.980, de 10 de setembro de 2018 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo – Polícia Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.987 – Dispõe sobre a atribuição da gratificação a ser paga aos guardas civis integrantes do efetivo da Guarda Civil Metropolitana na Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.200, de 17 de outubro de 2019 – Altera a Lei nº 10.726, de 8 de maio de 1989, dispondo sobre a prorrogação da licença-paternidade aos servidores municipais; altera também a Lei nº 14.938, de 30 de junho de 2009, que institui o Prêmio de Desempenho Educacional.

Lei Municipal nº 17.722, de 7 de dezembro de 2021 – Dispõe sobre a valorização do Vale-Alimentação e do Auxílio-Refeição, da Bolsa-Estágio, da Gratificação por Exercício de Função em Regiões Estratégicas, da Diária Especial por Atividade Complementar e do Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana; altera e revaloriza gratificações e dispõe sobre outras medidas relativas aos servidores municipais.

Lei Municipal nº 17.812, de 9 de junho de 2022 – Dispõe sobre a remuneração pelo regime de subsídio dos integrantes do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QTG, da Prefeitura do Município de São Paulo, criado pela Lei nº 16.239, de 19 de julho de 2015, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.841, de 19 de agosto de 2022 – Dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores municipais, institui o Plano de Modernização do Sistema de Fiscalização de Atividades Urbanas e a Orientação de Atividades Urbanas, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.893, de 6 de janeiro de 2023 – Autoriza a celebração de convênio entre o Poder Executivo e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para a defesa dos Guardas Civis Metropolitanos em processos judiciais propostos em decorrência do desempenho de suas funções, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 18.038, de 8 de dezembro de 2023 – Altera a Lei nº 14.977/2009, relativa à Gratificação por Desempenho em Atividade Delegada, a Lei nº 16.081/2014, relativa à Diária Especial por Atividade Complementar – DEAC, e a Lei nº 10.182/1986, além de estabelecer outras providências sobre gestão de servidores.

Lei Municipal nº 18.293, de 2 de setembro de 2025 – Dispõe sobre a concessão de bonificação por desempenho aos integrantes da Guarda Civil Metropolitana pela recuperação de veículos automotores de duas rodas com restrição por furto, roubo ou adulteração de sinal identificador.

Lei Municipal nº 18.523, de 15 de julho de 2026 – Dispõe sobre a revalorização das Tabelas do Regime de Remuneração por Subsídio do Quadro Técnico da Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 175, de 2 de abril de 2025, que “altera os incisos XI e XLIII, do art. 19, suprime o inciso VII, do art. 20, suprime o art. 29, altera o art. 47, suprimem os arts. 100, 101 e 102 e alteram os incisos I e II, do art. 155, todos da Lei nº 13.530, de 14 de março de 2003 [altera dispositivos do Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana]”. É especialmente relevante, pois envolve diretamente infração disciplinar, penalidades, demissão, exoneração, direito de defesa, procedimento disciplinar e suspensão no âmbito da GCM.

Projeto de Lei nº 412, de 10 de abril de 2025, da Vereadora Amanda Vettorazzo, que “altera a Lei nº 17.812, de 9 de junho de 2022, para estabelecer verba indenizatória aos integrantes do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QTG, da Prefeitura do Município de São Paulo relativa às custas, despesas processuais e honorários advocatícios em processos criminais e inquéritos policiais gerados em razão do exercício de suas atividades policiais nos casos de absolvição e dá outras providências”. A relação é próxima porque envolve processo criminal, inquérito policial e absolvição de integrantes da GCM.

Projeto de Lei nº 192, de 17 de março de 2026, que “altera a Lei Municipal nº 16.239, de 19 de julho de 2015, para instituir a promoção post mortem e a promoção por ato de bravura no âmbito da Guarda Civil Metropolitana

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 14 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068